

Café e representação de interesses: um estudo das associações de classe na economia cafeeira paulista (1889-1930)¹

Renato Monseff Perissinotto

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais
da Universidade Federal do Paraná

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as associações de classe paulistanas que, durante a Primeira República, se diziam representantes dos interesses cafeeiros em São Paulo, em especial a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Liga Agrícola Brasileira (LAB). Através dessa análise pretendemos: a) mostrar como tais associações representavam diversos setores dos interesses cafeeiros, evidenciando, assim, que tais interesses estavam longe de ser monolíticos e homogêneos, como normalmente se pensa; b) mostrar também que, embora os interesses cafeeiros sejam parte importante dessa diversidade de associações, eles não se constituem na sua única explicação. Tal diversidade de associações, ao nosso ver, deve ser explicada também por razões políticas, notadamente as posições distintas adotadas por diversos setores frente à condução oficial da política cafeeira.

I. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a história econômica e política de São Paulo no período conhecido como Primeira República costumam tratar a classe economicamente dominante como um bloco homogêneo². Tal tratamento expressa-se, na maioria das vezes, através de termos tais como “fazendeiros de café”, “interesses exportadores”, “burguesia cafeeira”, “oligarquia paulista” etc. O objetivo do nosso texto é contestar essa “representação” da classe economicamente dominante em São Paulo durante o período em questão. O fracionamento dessa classe pode ser detectado de várias maneiras (análise das reações diferenciadas à política econômica, análise das distintas posturas político-ideológicas frente às questões de natureza econômica etc.)³. Neste trabalho, contudo, pretendemos nos limitar a uma única variável para testar a hipótese desse fracionamento, qual seja, as associações de classe organizadas pelo setor cafeeiro paulista durante o período em questão, em especial a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Liga Agrícola Brasileira (LAB). Procuraremos defender duas hipóteses. Primeira, acreditamos que tal multiplicidade de associações se deve a uma variável econômica, qual seja, a existência de distintas frações no interior da classe economicamente dominante em São Paulo, notadamente do setor ligado exclusivamente à atividade agrária – os “fazendeiros de café”, ou, como se dizia com frequência no período, a “lavoura cafeeira”-, do setor ligado exclusivamente ao comércio cafeeiro, isto é, os comissários, e do “capital cafeeiro”, ou seja, aquele conjunto de indivíduos que, além de fazendeiros, eram também banqueiros e exportadores, participando de ponta a ponta do processo social de produção do café (financiamento, produção, transporte, exportação)⁴. Contudo, pensamos que o pleno entendimento dessa divisão organizacional exige a inclusão de uma outra variável, de natureza política: o Estado e seus agentes. Dessa forma, a nossa segunda hipótese diz que aquela diversidade de associações deve também ser explicada pelas diferentes posições adotadas pelas diversas frações do “setor cafeeiro” frente ao governo paulista e à condução oficial da política cafeeira. Nesse sentido, parece-nos que a SPA seria, no final do período em pauta, uma

¹ Este texto resume a terceira parte de minha tese de doutorado *Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930)*, defendida em 1997 no IFCH-UNICAMP.

² A exceção aqui são os trabalhos de Flávio Saes, 1986 e 1981.

³ Fizemos uma análise dessa natureza em Perissinotto, 1994.

⁴ Para um estudo do processo da formação econômica desta última fração de classe ver Saes, 1986 e Mello, 1990.

associação essencialmente “governista”, sendo a SRB e a LAB entidades de oposição ao oficialismo que dominou a política econômica cafeeira, notadamente a defesa permanente do café. Ao nosso ver, o fracasso dessa oposição exercida exclusivamente no campo “corporativo” incentivou o setor cafeeiro oposicionista a migrar para a luta política, o que se deu através da fundação do Partido Democrático, em 1926, com efeitos importantes sobre a cena política da década de 1920. Dessa forma, um outro objetivo deste trabalho é apresentar uma visão mais complexa da relação entre Estado e interesses economicamente dominantes no período em questão⁵.

II. O FUNDAMENTO ECONÔMICO DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

II.1 A origem estatal da Sociedade Paulista de Agricultura

A hipótese que procuraremos testar quanto a esta associação consiste no seguinte: o que parece ser específico da SPA não é uma maior vinculação com esta ou aquela fração da classe dominante, embora isso ocorresse, mas sim um estreito vínculo com o Estado, que se traduziu em posições sistematicamente governistas frente às várias questões polêmicas que marcaram o período⁶.

Segundo informações encontradas no *Correio Paulistano* (21/02/1902), em reunião de 20 de janeiro de 1902 parece ter ocorrido a primeira tentativa de se criar a SPA. Com esse objetivo, reuniu-se na Secretaria da Agricultura, então capitaneada por Antônio Cândido Rodrigues, a comissão organizadora da referida entidade, formada por Manoel Pessoa de Siqueira Campos, Olavo Egídio de Souza Aranha e Carlos José Botelho. O encontro foi presidido por Carlos Leôncio de Carvalho e secretariado por João Pedro da Veiga Filho. Ao lado desses nomes, alguns outros indivíduos tiveram ligados à SPA com maior frequência: Augusto Carlos Silva Telles, José Paulino Nogueira, Jorge Tibiriçá e Alexandre Siciliano. Os nomes mais frequentes, entretanto, foram os de Francisco Ferreira Ramos e Artur Diederichsen⁷.

Todos eles são grandes fazendeiros e exportadores. Olavo Egídio de Souza Aranha é, sem dúvida, um expoente entre os nomes listados acima. Grande fazendeiro, grande comerciante, dono de ferrovias e banqueiro; Carlos Botelho era ligado à família Arruda Botelho, de São Carlos, família de pioneiros do café; Siqueira Campos era acionista do Banco de Crédito Real de São Paulo; Antônio Cândido Rodrigues era grande fazendeiro de café, assim como Carlos Leôncio de Carvalho; José Paulino Nogueira, de tradicional família campineira, dono de fazendas, ferrovias e bancos.

⁵ É em função desse objetivo que o nosso texto não analisa a Associação Comercial de Santos. Essa ausência justifica-se na medida em que a entidade em questão era representante de um setor “menor” do conjunto das classes e frações dominantes da economia cafeeira. Como, em parte, o objetivo deste trabalho é apresentar uma visão mais complexa da relação entre Estado e interesses econômicos dominantes no período em questão, resolvemos centrar nossa atenção nos grandes fazendeiros e grandes exportadores. Em geral, a ACS é identificada como representante do comércio santista, cuja caracterização típica, segundo Flávio Saes, “parece ser a de um grande núcleo de comissários de pequeno e médio porte a realizar as transações entre fazendeiros e exportadores”, formado, na sua maioria, por nacionais e indivíduos dedicados exclusivamente ao comércio de café em Santos (SAES, 1986: 87). O fato de alguns membros do capital cafeeiro possuírem casas comissárias (Martinho Prado & Wright, Souza Queiroz & Vergueiro etc.) não desmente a assertiva acima, pois tratava-se, na verdade, de mais um ramo do portfólio diversificado desses indivíduos, cujas fortunas não tinham origem no comércio santista e que residiam, na sua esmagadora maioria, em São Paulo, sem estabelecer vínculos orgânicos com a praça mercantil de Santos e, por consequência, com a ACS.

⁶ Ver, por exemplo, Font 1983: 160 e Love 1982, pp. 182-183 e 308.

⁷ Segundo Font, durante a década de 1920, “todo ano ele [Ferreira Ramos] e Artur Diederichsen seriam ritualisticamente ‘reeleitos’ para os postos mais altos da associação com o voto verbal ‘unânime’ dos presentes numa assembléia geral”. FONT, 1983: 165. Ambos eram grandes fazendeiros ligados ao comércio de café e com vínculos econômicos com o “Rei do Café”, Francisco Schmidt.

Porém, ao lado de suas atividades econômicas destaca-se o vínculo íntimo desses homens com o partido governista, o que reforça a nossa hipótese de que a SPA foi uma entidade essencialmente oficial. Manoel Pessoa Siqueira Campos, por exemplo, foi várias vezes membro da Comissão Executiva do PRP (1897 e 1904 a 1910), foi também Secretário da Justiça entre 1892 e 1893 e Secretário da Fazenda de fevereiro de 1892 a agosto do mesmo ano, além de Chefe de Polícia em 1891-1892; José Paulino Nogueira foi da Comissão Executiva do PRP em 1897; Olavo Egídio de Souza Aranha pertenceu à mesma comissão entre 1917 e 1923 e também em 1925, foi Secretário da Fazenda de 1907 a 1909 e 1909 a 1912 e Secretário da Agricultura de agosto a novembro de 1909; Jorge Tibiriçá foi membro da Comissão Executiva do PRP de 1908 a 1924, Secretário da Agricultura entre 1892 e 1895 e Presidente do estado de 1890 a 1891 e de 1904 a 1908; João Pedro da Veiga Filho era deputado estadual pelo PRP no momento de fundação da SPA; Carlos Leôncio de Carvalho também era ligado ao PRP, tendo sido membro da constituinte estadual e do Senado paulista; Ferreira Ramos e Artur Diederichsen, por sua vez, destacaram-se pela sua posição governista durante a primeira valorização e a defesa permanente do café. Devemos lembrar ainda Antônio Cândido Rodrigues, que foi 3º vice-presidente, em 1914-1915, e, enquanto Secretário da Agricultura, deu apoio à fundação da SPA. Cândido Rodrigues voltou a ser Secretário da Agricultura em 1908-1909 e de junho a novembro deste último ano foi Ministro da mesma pasta. Entre 1903 e 1905 foi líder da representação estadual na Câmara dos Deputados Federais, além de Vice-Presidente do estado de 1916 a 1920.

Portanto, assim como as suas concorrentes futuras, a LAB e a SRB, também a SPA tinha representantes do capital cafeeiro na sua direção, embora não possamos fornecer dados mais precisos a respeito. A sua especificidade, porém, reside no fato de que esses indivíduos estavam estreitamente ligados ao governo⁸.

Parece que o vínculo da Sociedade Paulista de Agricultura com o oficialismo estava presente desde o seu nascimento. Joseph Love chama a atenção para o fato bastante significativo de que esta Sociedade surgiu no interior da própria Secretaria da Agricultura. Já vimos que as reuniões iniciais se deram nas dependências daquela agência estatal, com incentivo do seu então titular, Antônio Cândido Rodrigues. Mais significativo, no entanto, é a informação dada pelo mesmo autor de que a SPA começou, em 1908, a receber um subsídio estatal sobre o qual, infelizmente, o autor não fornece maiores detalhes (LOVE, 1982: 309). Porém, parece que esse subsídio era fornecido antes mesmo da data apontada por ele. Em 1904, Bernardino de Campos, numa mensagem de sete de julho, referente às atividades governamentais de 1903, discorre sobre a despesa ordinária feita naquele exercício, revelando-nos que o seu valor fora fixado em 39.644:577\$200, quantia à qual deveriam ser adicionados alguns créditos consignados em leis especiais. Dentre estes, constavam 60:000\$000 como subvenção à SPA (*apud* EGAS, 1927, II: 161). Embora não seja esclarecido o conteúdo dessa subvenção, é inegável que, até onde sabemos, tratava-se de algo absolutamente original do ponto de vista da relação entre associações de classe e Estado em São Paulo, entre 1889 e 1930. Das entidades estudadas por nós, parece que nenhuma teve parte de sua receita fornecida pelo Estado⁹.

⁸ Parece que o pertencimento ao partido oficial era condição para se ocupar cargo de direção na SPA: Manoel Pessoa de Siqueira Campos foi presidente da SPA quando era membro da Comissão Executiva do PRP; Olavo Egídio de Souza Aranha foi seu 1º secretário quando estava à frente da pasta da Fazenda; Jorge Tibiriçá foi seu diretor e seu vice-presidente quando era da Comissão Executiva do PRP; Cândido Rodrigues, logo após ajudar na sua formação enquanto titular da pasta da Agricultura, em 1902, passou, entre 1903 e 1905, a ser líder da bancada perrepista na Câmara Federal e, logo depois de ter sido o 3º vice-presidente da entidade (1914-1915), foi eleito Vice-Presidente do estado para o período de 1916 a 1920. Os membros da família Silva Telles e José Paulino Nogueira eram historicamente ligados ao PRP.

⁹ Por essa razão a SPA sempre encarou o “problema cafeeiro” a partir de uma ótica essencialmente estatal. Embora tenha sido o espaço preferido de articulação dos interesses cafeeiros no início da década de 1910, a SPA não reduziu a questão cafeeira aos interesses de classe. Na primeira valorização

II.2 A Sociedade Rural Brasileira e o capital cafeeiro

A Sociedade Rural Brasileira constituiu-se, no período que vai de 1919 a 1930, na entidade que por excelência representou, preferencialmente, os interesses do capital cafeeiro¹⁰. Foi fundada no dia 20 de maio de 1919 numa reunião convocada por Eduardo da Fonseca Cotching, presidida por Carlos Botelho e secretariada por Ferdinand Ruffier¹¹. A sua primeira diretoria foi formada pelos seguintes nomes: Conde de Prates (presidente), Rafael Sampaio Vidal (vice-presidente), Eduardo da Fonseca Cotching (tesoureiro), A. S. Midlam, depois substituído por Martinho da Silva Prado Neto (1º secretário), Carlos Augusto Monteiro de Barros (2º secretário), Leopoldo Plaut (diretor- bibliotecário) e Ferdinand Ruffier e Coronel Francisco Corrêa (diretores das exposições). Parece claro, portanto, o peso significativo de membros do capital cafeeiro na fundação da SRB, ao lado de representantes de firmas estrangeiras ligadas ao negócio da carne (Armour, Continental Products, Wilson). Encontramos ali indivíduos como o Conde de Prates, Rafael Sampaio Vidal, Martinho da Silva Prado Neto, Antônio de Pádua Salles e outros ligados a famílias importantes do capital cafeeiro, como Anibal Paes de Barros. A primeira diretoria, como vimos, sustenta, no seu topo, dois expoentes dessa classe, o Conde de Prates, como presidente, e Rafael Sampaio Vidal, como vice-presidente. Martinho da Silva Prado será o substituto de A. S. Midlam (diretor da Armour Frigoríficos) na função de 1º secretário.

Mas a forte presença do capital cafeeiro nos postos de comando da Sociedade Rural Brasileira não se limitou às suas primeiras diretorias. De 1919 a 1930, podemos identificar onze diretorias da SRB. Durante esse período, a SRB teve apenas seis presidentes diferentes: Conde de Prates (1919-1920), Paulo de Moraes Barros (1920 a 1923), Gabriel Ribeiro dos Santos (1923-1924), Henrique de Souza Queiroz (1924 a 1927), Luiz Vicente Figueira de Mello (1927 a 1929) e, finalmente, Bento de Abreu Sampaio Vidal (1929-1930). Desses seis nomes, quatro são sabidamente membros do capital cafeeiro: Conde de Prates, Paulo de Moraes Barros, Henrique de Souza Queiroz e Bento de Abreu Sampaio Vidal. Luiz Vicente Figueira de Mello aparece identificado como grande fazendeiro e representante de grandes capitais em uma ata de reunião da SRB destinada a discutir as eleições do ICESP (RSRB, 05/1926, 71: 06). Além disso, era casado com Gessia Piza Figueira de Mello, filha de Joaquim de Toledo Piza e Almeida, um dos mais típicos representantes do grande capital. Quanto a Gabriel Ribeiro dos Santos, temos poucas informações sobre sua atividade econômica. Sabemos apenas que era fazendeiro na região de Ribeirão Preto, e que foi Secretário da Agricultura entre 1924 e 1927, tendo inclusive que renunciar à Presidência da SRB para exercer o cargo (RSRB, 06/1924, 48: 204). Assim, se excluirmos Figueira de Mello, os membros do capital cafeeiro aparecem à frente da diretoria da SRB, na condição de presidente da entidade, em oito dos onze exercícios ocorridos entre 1919 e 1930. Se incluirmos nesse rol o nome de Luiz Vicente Figueira de Mello, o que se nos afigura como razoável em função dos seus vínculos familiares, o número de exercícios presididos pelo grande capital sobe a dez.¹²

defendeu claramente a intervenção argumentando que a fixação do câmbio era essencial à boa saúde do orçamento do Estado, defendendo sempre enfaticamente o PRP contra os que criticavam a intervenção. No que se refere à defesa permanente, ocupou também sempre uma posição governista, contrária às críticas das outras entidades.

¹⁰ Para a pertinência dessa hipótese ver mais uma vez Font 1983: 160-162. Ver também Reis 1979: 197-198.

¹¹ As informações sobre a instalação da SRB foram retiradas das atas originais de fundação, arquivada na biblioteca daquela entidade. Trata-se, na verdade, de duas atas, uma provisória e outra definitiva, que serão indicadas, para fins de referência, pelas siglas APSRB e ADSRB, respectivamente.

¹² Os temas privilegiados pela SRB expressam a origem social dos seus presidentes e diretores. A entidade surgiu, de início, como defensora da atividade pecuária que, naquele momento, era apenas uma alternativa de investimento no diversificado portfólio do capital cafeeiro. Contudo, o café foi inegavelmente o tema privilegiado pelos seus militantes e foi abordado sobretudo a partir de uma

II.3 A lavoura e a Liga Agrícola Brasileira

A hipótese que procuraremos comprovar neste item é a de que a LAB era uma associação preferencialmente vinculada à lavoura no sentido estrito, isto é, aos fazendeiros de café do interior, dedicados exclusivamente à atividade agrária. No entanto, esta entidade contém nos seus quadros e, o que é mais importante, na sua diretoria membros ou nomes ligados ao capital cafeeiro.

A LAB surgiu da fusão de uma série de ligas regionais que apareceram no estado de São Paulo no início da década de 1920, sendo a mais importante delas a Liga Agrícola de São Manoel, sob o comando da qual se daria o processo de unificação das ligas numa entidade maior. Pela repercussão que teve, parece que essas organizações foram relativamente ativas. A sua criação não foi muito bem recebida no interior da SRB, que avaliava haver necessidade de que todos os esforços dispersos pelo estado fossem unificados em torno de uma entidade forte, obviamente a própria SRB (ASRB, 05/1921, 11: 656). Reagindo a esse evidente esforço por parte de alguns em conceder à SRB o monopólio da representação dos interesses “da classe”, Jordano da Costa Machado explicou que a Liga Agrícola, embora fundada em São Manoel, não tinha caráter regional. Ao contrário, pretendia ser a Liga do estado de São Paulo, com comissão executiva e programa provisório.

A Liga Agrícola de São Manoel, fundada em sete de março de 1921, promoveu, em 14 de julho do mesmo ano, a reunião que organizaria definitivamente a LAB. Na reunião estiveram presentes as seguintes ligas regionais, num total de 41: São Manoel, Agudos, Avaré, Atibaia, Amparo, Araraquara, Barra Bonita, Bebedouro, Botucatu, Bernardino de Campos, Bocaina, Bragança, Barretos, Bauru, Caconde, Cerqueira César, Chavantes, Dois Córregos, Espírito Santo do Pinhal, Ibitinga, Itatinga, Itatiba, Jaú, Jardinópolis, Lençóis, Mogi-Mirim, Mococa, Ipaussu, Ourinhos, Pedreiras, Presidente Penna, Franca, Rio das Pedras, Salto Grande, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz do Rio Pardo, São Carlos do Pinhal, São José do Rio Pardo, São João da Bocaina, São Simão e Liga Rural Noroeste, bem como a Câmara Municipal de Santa Rita do Passa Quatro, representada por Luiz Bueno de Miranda (ALAB, 14/07/1921: 01).

Foi instalada, então, a assembléia geral que seria responsável pela fundação da nova entidade. Para dar início aos trabalhos, tomaram lugar à mesa diretora da reunião os membros da Comissão Executiva da Liga Agrícola de São Manoel, que era presidida por Angelo Pinheiro Machado e composta pelos seguintes membros: José Manoel Pupo, Armando Simões, João Sampaio Góes, José Vitoriano Villas-Boas, Antônio Franco de Souza Aranha, Sertório de Moura Campos, Joaquim Inácio de Oliveira, Armando de Oliveira Rocha, Gustavo Maciel, Manoel Félix Cintra, Antônio José Leite, Sebastião Ribeiro de Barros, José Cândido da Silveira, José Joaquim da Silva Galvão e José Mathias de Godoy. Foram convidados para secretariar a reunião André Betim Paes Leme e Jorge Dumont Villares (ALAB, 14/07/1921: 01-02)¹³.

As diretorias seguintes, no entanto, já constituída a LAB, mudam significativamente. Entre os anos de 1921 a 1931, esta entidade teve onze exercícios e cinco presidentes. Foram eles: Francisco Schmidt (1921-1922), Paulo de Moraes Barros (1924 a 1927), Carlos Leôncio de Magalhães (1927-1928), Fábio de Camargo Aranha (1928 a 1930) e Antônio Manoel Alves de Lima, que não aceitou o cargo e foi substituído por Henrique de Souza Queiroz (1930-1931). A

perspectiva essencialmente mercantil, adequada aos interesses econômicos que definiam o perfil da entidade. Do ponto de vista tributário, a entidade sempre atacou o imposto de exportação que, segundo ela, onerava sobretudo o exportador. Rejeitou também o imposto sobre a renda, que agravava a situação do “lavrador” que distribuía os seus lucros por ações de bancos, de estradas de ferro, casas comerciais etc. RSRB, 06/1926, 72: 212. No que se refere à defesa permanente do café, embora tenha assumido uma posição inicialmente moderada, a SRB passou a ser cada vez mais crítica à condução oficial daquela política. Lamentava, sobretudo, a rigidez da política de limitação de embarques, que, segundo ela, constituía-se num entrave ao comércio cafeeiro.

¹³ O resumo dos acontecimentos dessa reunião de fundação pode ser encontrado em OESP, 15/07/1921: 03.

importância de indivíduos como esse na presidência da LAB – que, como dissemos, estão longe de ser meros fazendeiros do interior – explica-se, ao nosso ver, pelo fato de esta entidade ter assumido, desde cedo, uma posição radicalmente crítica à condução oficial da defesa permanente do café. Alguns indivíduos, descontentes com a posição inicialmente moderada da SRB, transferiram-se desta última para a LAB. Este é o caso exemplar de Paulo Moraes Barros, presidente por vários anos da SRB e que, depois, foi para a LAB, comandando a entidade de 1924 a 1927, no auge do processo de implementação da defesa permanente do café. Portanto, há fortes indícios que nos autorizam a dizer que a LAB, além de concentrar em suas fileiras interesses ligados à atividade agrária, também caracterizou-se por um radicalismo que acabou por atrair para os seus quadros nomes importantes do capital cafeeiro¹⁴.

III. AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE E SUA RELAÇÃO COM O GOVERNO

III.1 O governismo da SPA

A SPA dedicou-se essencialmente ao café a partir de uma ótica acentuadamente governista. Em 1921, junto com a Rural, a Sociedade Paulista, através de Artur Diederichsen, já pleiteava ao Presidente do estado, através de uma representação, a criação de um órgão permanente de defesa do café. Não era só nesse ponto que ambas concordavam. Em dezembro de 1923, Francisco Ferreira Ramos, então presidente da SPA, defendia a realização de um empréstimo externo e a criação de uma nova taxa que, através da cotização dos lavradores, servisse para financiar a defesa (FONT, 1983: 71 e 90).

A concordância entre a SRB e a SPA, porém, acabará por aí. A partir do início da implementação da defesa permanente e da institucionalização do ICESP, as duas entidades colocar-se-ão em campos diferentes. Esta última defenderá sistematicamente o governo e condenará a escolha de representantes da lavoura no Instituto que não agradassem ao oficialismo. Como recompensa, terá seus membros indicados mesmo quando não forem os mais votados pelos membros das associações de classe. Este foi o caso do próprio Francisco Ferreira Ramos, que perdeu as eleições no âmbito daquelas associações e, assim mesmo, foi o escolhido pelo governo do estado para ocupar um lugar no Conselho Diretor daquele Instituto¹⁵.

A proximidade da Sociedade Paulista como o governo e com o “ponto de vista” dos que controlavam o Estado não ocorreu somente quando a defesa permanente do café já era uma realidade. Antes mesmo de ser efetivada, os líderes destacados desta entidade se colocaram ao lado do governo contra aqueles que atacavam a proposta. Quanto a este ponto é exemplar a crítica que Augusto Ramos, um dos fundadores da SPA e membro extremamente ativo durante a primeira valorização, fez ao conselheiro Antônio Prado, uma das vozes discordantes naquele momento. Prado qualificava a defesa permanente como uma “burla”, e dizia que o que faltava à lavoura era crédito, trabalhadores e ensino agrícola. Para Augusto Ramos, a lavoura tinha tudo que precisava, exceto uma coisa: preços remuneradores para as suas colheitas, e completava o seu raciocínio afirmando:

“O Sr. Conselheiro tem sido um político e um administrador e sabe, portanto, que um estado como o de São Paulo, uma verdadeira nação em riqueza, em culturas, em aparelhagem moderna, complicada e cara, *não prescinde de uma fortíssima taxação orçamentária, não pode dispensar os impostos que está arrecadando. O meio de conciliar tais exigências com as conveniências e o bem-estar da lavoura não consiste em desampará-la e de sua miséria arrancar impostos reduzidos.* Semelhante orientação valeria pela generalização de um estado

¹⁴ A origem da LAB entre os fazendeiros do interior fez com que essa entidade defendesse, sobretudo, as questões relativas aos interesses da “lavoura” (e não os do capital mercantil), em especial a organização de um grande banco de crédito agrícola que constituir-se-ia na defesa permanente da classe rural. Cf., por exemplo, OESP, 16/07/1921: 03.

¹⁵ Os acontecimentos da reunião da SPA citada acima estão reproduzidos em CP, 04/03/1925: 05.

de indigência e de retrocesso na civilização, seria a desgraça de São Paulo e do Brasil. A solução é outra: é defender as boas cotações do que aí se produz. O resto não se fará esperar: *a lavoura enriquecida pagará em tresdobro os impostos necessários para aumentar a grandeza de São Paulo. A organização da defesa permanente do café não tem outro objetivo senão esse*, generalizando-o, porém, a todos os estados cafeeiros do Brasil!” (OESP, 18/12/1921: 11, itálico nosso).

Assim, a necessidade de preços remuneradores para o café está contemplada na visão de Augusto Ramos, mas na exata medida em que esse fato se concilia com a crescente necessidade de impostos e de uma “fortíssima dotação orçamentária” para o Estado. A equação é explícita: lavoura enriquecida gera maior arrecadação de impostos, sendo este o único objetivo da defesa permanente do café, como diz categoricamente Augusto Ramos. Se é esse o objetivo, ao Estado não cumpre fornecer crédito, braços, ensino etc., como queria Antônio Prado, mas manter as cotações em níveis remuneradores, beneficiando aqueles que se dedicavam ao café, certamente, mas trazendo também mais recursos para os cofres do Estado, seja na forma de tributos, seja na forma de divisas.

III.2 A SRB contra o governo

Não há sombra de dúvidas de que o café foi o tema central nos onze anos de atividade da SRB. É preciso lembrar, entretanto, que o “café” era abordado a partir dos mais variados ângulos: excesso de tributação, crise financeira, cotações, braços para a lavoura cafeeira, instabilidade cambial, limitações de embarque, projetos de defesa do produto etc. Entretanto, o tema predominante na pauta de discussões da SRB foi a defesa permanente. Não cabe aqui reproduzir a história da participação desta entidade no esquema em questão, iniciado em 1924. Basta observar apenas que depois de um início auspicioso, em que Henrique de Souza Queiroz, um dos nomes de destaque da SRB, chegou a participar do Conselho Diretor do ICESP, a relação entre o governo e a entidade foi gradualmente se deteriorando na medida em que os interesses e os representantes da SRB foram sendo mais e mais preteridos em favor da condução oficial da defesa.

O descaso com que a SRB foi tratada nesse processo explica em parte o apoio dispensado ao governo provisório instalado depois da revolução de 1930¹⁶.

Segundo Font (1983: 167-169), no tocante à posição assumida frente ao governo, a SRB era formada por três grupos, um mais militante e oposicionista, outro oposicionista mas disposto a compromissos com o governo e um terceiro, formado por indivíduos mais próximos ao oficialismo.

Font tem razão em identificar o grupo militante como aquele formado por nomes como Antônio Prado e Paulo de Moraes Barros. Para ele, esse grupo, “que incluía os cabeças de alguns dos mais tradicionais e ricos clãs cafeeiros”, procurava implementar um controle instrumental sobre as estruturas de *policy-making* que lhe garantisse ascendência sobre a formulação de políticas econômicas e a direção das instituições financeiras e reguladoras da economia. Para Font, “se um termo é necessário para caracterizar suas demandas, este provavelmente seria ‘corporativismo privado’”. Ele lembra que Antônio Prado rejeitou a idéia de uma defesa permanente do café em grande parte porque rejeitava o aumento da intervenção estatal. Com relação a este ponto, é interessante observar que, durante os conflitos internos à

¹⁶ Para um exemplo, entre várias manifestações de apoio ao governo provisório, veja a seguinte passagem: “Penhor seguro da nova orientação que será dada à administração do País é sem dúvida a escolha do grande Assis Brasil para superintender a pasta da Agricultura, que até agora tem sido confiada a ‘curiosos’ na matéria”. Ou ainda, a nível estadual: “A SRB, tomando conhecimento das nomeações dos srs. Erasmo Assunção e Henrique de Souza Queiroz para os cargos de Secretário da Fazenda e da Agricultura, congratula-se com o governo provisório pela acertada escolha e espera pela atuação dos mesmos no Instituto do Café todos os benefícios que sejam permitidos obter, na premente situação por que passa a lavoura do café”. RSRB, 12/1930, 127: 1402.

SRB, ocorridos em 1927, o jornal *O Estado de São Paulo*, de 10 de janeiro daquele ano, publicou um editorial em que se referia à nova dissidência no seio daquela entidade, apelando à solidariedade e unidade de vistas “para lutar contra o governo que vai chegar ao monopólio do café” (FONT e BARZELATTO, 1988: 128). Não precisamos lembrar aqui o vínculo daquele periódico e de sua chefia com o grupo militante da SRB e a sua sistemática oposição ao perrepsismo. Enfim, o que queremos dizer é que esta entidade pautava a sua ação em grande parte pela oposição ao governo, notadamente no que se refere ao processo de implementação da defesa permanente do café.

Aquele segundo grupo identificado por Font, crítico, porém disposto ao compromisso, desde que isso se traduzisse em recompensas quanto ao controle da política econômica, também manteve-se no campo da oposição. A disposição para realizar acordos foi de pouca utilidade, já que o PRP não abriu mão, em nenhum momento, do controle do processo de tomada de decisão sobre a política cafeeira. Os seus nomes principais eram, segundo o autor, Henrique de Souza Queiroz, Sílvio Álvares Penteado, Carlos Leôncio de Magalhães, Bento de Abreu Sampaio Vidal (FONT, 1983: 168).

A terceira corrente, a dos colaboracionistas, é caracterizada por Font como aquela disposta a conseguir as melhores posições no interior do *establishment* político. Num duelo entre o governo e os oposicionistas, seus membros tenderiam a ficar com o primeiro. Dos dois nomes identificados por ele como ativistas desse grupo (dentre uma “longa lista” que ele não reproduz), somente o de Gabriel Ribeiro dos Santos teve um papel importante na SRB, ainda assim figurando na sua diretoria uma única vez, como presidente, em 1923-1924, tendo que renunciar para assumir a Secretaria da Agricultura. O outro nome, Francisco Schmidt, embora filiado, não teve participação ativa na entidade. Ao contrário, entre oposicionistas declarados e oposicionistas pragmáticos, para usar a classificação de Font, temos três diretores (Paulo de Moraes Barros, Henrique de Souza Queiroz e Bento de Abreu Sampaio Vidal) que, ao todo, foram responsáveis por sete dos onze exercícios da SRB, entre 1919 e 1930.

Dessa maneira, fica reforçada a idéia segundo a qual a SRB era, essencialmente, uma entidade dirigida por membros do capital cafeeiro que, na sua grande maioria, imprimiam à entidade uma orientação crítica ao governo. A Rural pautou a sua ação não apenas por questões técnicas, mas também pela oposição à forma pela qual o governo se apoderou da defesa permanente do café e a conduziu. Não é demais lembrar que este era o tema mais discutido no interior da entidade¹⁷.

III.3 A LAB contra o governo

Analisando as escassas informações encontradas nas atas da Liga Agrícola Brasileira é possível identificar dois temas recorrentes: o antiindustrialismo e o café, este último subdividindo-se em várias questões a ele relacionadas.

Na verdade, arriscaríamos dizer que o café constituiu-se quase que num item único a monopolizar as atenções dos dirigentes da entidade. Essa predominância se evidencia através dos relatórios das direções apresentados às assembleias da Liga. Neles aparecem constantemente temas como: imposto territorial/imposto de exportação, diminuição do custeio da produção de café, crítica à limitação dos embarques de café para Santos, varreduras, defesa permanente do café, representação da lavoura cafeeira no ICESP, imigração, pragas cafeeiras, outros impostos sobre o café etc.¹⁸. O problema mais discutido era o da defesa permanente e, ligado a ela, a crítica à ausência de representação da lavoura no que viria a ser o ICESP. Em trinta de julho de 1925, na sua quinta assembleia geral ordinária, os líderes da LAB lamentavam a forma pela qual o governo vinha conduzindo o processo de institucionalização daquele programa, dificultando a representação da classe no interior do Conselho Diretor daquele

¹⁷ Em 1928, ao apresentar o relatório referente à sua presidência, Luiz Vicente Figueira de Mello dizia que ele tratava de vários assuntos, mas principalmente do café, cuja campanha de valorização e defesa era, para ele, a maior que já tinha ocorrido no Brasil. Cf. RSRB, 04/1928, 95: 103.

¹⁸ Cf., por exemplo, ALAB, 28/12/1921: 07; 08/10/1924: 34-37; 30/07/1925: 38-43 e 10/08/1926: 49-51.

Instituto (ALAB, 30/07/1925: 41-42). A LAB, ao contrário da SRB, não passou, nem no seu início, por um momento de hesitação e moderação. Assumiu, desde logo, uma posição crítica ao monopólio perrequista da condução da defesa permanente do café.

CONCLUSÃO

Para finalizar, gostaríamos de analisar uma possível relação ou proximidade entre a LAB, a SRB e o PD. Se for possível mostrar a sua existência, reforçaríamos, então, a tese de que este último era a tradução política dos descontentamentos difundidos ao nível das associações de classe.

Como vimos insistindo, a LAB e a SRB assumiram posições cada vez mais críticas frente ao governo e ao PRP, sendo bastante razoável que dessas associações tenham saído as principais lideranças do PD. Nesse sentido, há forte indícios de uma proximidade intensa entre este partido e as organizações citadas. Essa proximidade se revela nos temas abordados (crítica ao ICESP, à tributação excessiva, antiindustrialismo etc.), assim como na “coincidência” entre seus membros. Com relação a este último ponto, não queremos dizer que a Sociedade Rural e a Liga Agrícola Brasileira eram compostas apenas por democráticos, mas sim que o número de líderes importantes do PD que estiveram presentes na direção dessas entidades é bem significativo. O contrário se dá na relação entre o PD e a SPA.

Se tomarmos para análise exclusivamente o Diretório Central do PD, composto no seu período de existência (1926 a 1932) por 34 indivíduos, temos os seguintes nomes que foram também membros da LAB e da SRB: Antônio da Silva Prado foi presidente honorário da Rural por vários anos e membro do Diretório Central do PD de 1926 a 1929; Paulo de Moraes Barros também foi presidente honorário da SRB, presidente de sua diretoria de 1920 a 1923, presidente da LAB de 1924 a 1927 e ligado ao Diretório Central de 1926 a 1932; Joaquim Sampaio Vidal foi 2º secretário da SRB de 1927 a 1929 e participou do Diretório Central de 1928 a 1932; Henrique de Souza Queiroz foi vice-presidente da SRB em 1923-1924, seu presidente de 1924 a 1927, tesoureiro da LAB em 1921-1922, presidente desta última em 1930-1931 e participou do Diretório Central do Partido em 1931-1932; Fábio de Camargo Aranha foi 3º secretário da Liga Agrícola em 1925-1926 e seu presidente de 1928 a 1930 e foi também membro do Diretório Central em 1931-1932; por fim, Cesário Coimbra foi 2º secretário da SRB de 1923 a 1925, ligado à Comissão Executiva da LAB em 1927-1928 e 1929-1930, vários anos participante do seu conselho deliberativo e membro do Diretório Central em 1931-1932. Os outros membros do Diretório Central do PD eram, em geral, advogados ligados às famílias tradicionais paulistas. Note-se ainda que dois dos mais importantes membros do órgão máximo do PD, claramente vinculados ao capital cafeeiro, estavam na direção suprema da Liga Agrícola e da Sociedade Rural Brasileira no momento de fundação do Partido: Paulo de Moraes Barros e Henrique de Souza Queiroz, respectivamente¹⁹.

A relação do Partido Democrático com a governista Sociedade Paulista de Agricultura, ao contrário, parece ter sido bem mais distante ou mesmo inexistente. A falta de dados para esta entidade não nos permite ir muito longe, mas, de acordo com as nossas informações, dos nomes que pertenceram à sua diretoria, somente Antônio Cândido Rodrigues participou do PD, embora não como membro do seu Diretório Central. Ou seja, nenhum dos diretores da SPA esteve presente no órgão máximo do Partido Democrático. O distanciamento com relação à SPA não poderia nos surpreender já que esta entidade manteve sempre uma posição governista, mesmo nos momentos mais polêmicos, enquanto as outras agremiações, como vimos, foram para o campo da oposição. Ao nosso ver, a incapacidade da Liga Agrícola e da Sociedade Rural de impor suas reivindicações ao governo perrequista, sobretudo no que se refere à política de defesa permanente, pode ter levado vários de seus membros a concluir que a luta contra o partido oficial deveria abandonar o terreno corporativo para ingressar no campo político.

¹⁹ O primeiro, como dissemos acima, foi também presidente da SRB (1920-1923). Segundo Plínio Moraes, "durante a gestão do presidente Paulo de Moraes Barros, a SRB reorienta a sua ação, vindo seus membros a desempenhar papel de proa na formação do PD". Moraes, 1987: 92.

A cronologia nesse caso pode ser reveladora. A Liga Agrícola e a Rural vinham criticando o governo desde o início da década pela sua inoperância quanto à questão da defesa permanente. Em dezembro de 1924, o ICESP foi instalado com base em um regulamento que pouco agradou as duas entidades, já que era bastante diferente do projeto que elas próprias propunham. De dezembro de 1924 a dezembro de 1925, através dos decretos 3.802 e das leis 2.110-A e 2.122, o Instituto sofreu uma série de modificações no sentido de centralizar o seu comando nas mãos do governo. Como vimos, o decreto 3.802 atribuiu ao Presidente do estado o direito de escolher os membros do primeiro conselho diretor, a lei 2.110-A concedeu ao Executivo o poder de realizar empréstimos para a defesa permanente nas condições que julgasse aceitável e, por fim, a lei 2.122, de 30 de dezembro de 1925, autorizou aquele Poder a modificar o regulamento do ICESP (estabelecido pelo decreto 3.802) “sempre que a experiência aconselhasse alterações”. A LAB e a SRB se opuseram sistematicamente, com maior ou menor ímpeto, a essas mudanças. Em dois de março de 1926 nasceria o PD.

Se estamos certos ao dizer que essas organizações do capital cafeeiro foram criadas ou pelo menos tiveram a sua ação orientada com vistas a reagir ao avanço do Estado²⁰ e à prepotência perrequista, cabe então qualificar a afirmação normalmente feita de que o aparelho estatal em São Paulo constituía-se, no período em questão, num instrumento a serviço dos interesses economicamente dominantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EGAS, Eugênio. 1927. *Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920)*. Vol. II, São Paulo, Seção de Obras d' *O Estado de São Paulo*.

FONT, Mauricio. 1983. *Planters and the State: The Pursuit of Hegemony in São Paulo, Brazil: 1889-1930*. Ph.D. Dissertation, University of Michigan.

FONT, Mauricio e BARZELATTO, Elba. 1988. *Café e política: ação da elite cafeeira na política paulista: 1920-1930*. São Paulo, USP.

LOVE, Joseph. 1982. *São Paulo na federação brasileira, 1889-1937: a locomotiva*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MELLO, Zélia Cardoso de. 1990. *As metamorfoses da riqueza*. São Paulo, HUCITEC.

MORAES, Plínio Guimarães. 1987. *Condições de funcionamento do "bloco regional cafeeiro paulista": 1889-1919*. Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, Campinas.

PERISSINOTTO, Renato M. 1994. *Frações de classe e hegemonia na República Velha*. Campinas, Editora da Unicamp.

PERISSINOTTO, Renato M. 1997. *Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930)*. Tese de doutoramento, IFCH-UNICAMP, Campinas.

²⁰ Essas entidades não repudiavam o intervencionismo estatal, mas sim o fato de que ele se dava fora de seu controle. Ao fazer a crítica da entrevista-programa de Júlio Prestes para o governo do estado, um articulista do *Diário Nacional* dizia o seguinte: "O que seguramente se depreende de tudo quanto, neste capítulo, declarou o ilustre político, é que S. Exa. tende a atribuir capital importância à influência dos governos na vida dos povos. É indiscutível que tal influência seja bastante considerável. Mas não é preciso exagerá-la. O progresso material, a riqueza, o desenvolvimento econômico, enfim, podendo receber excelentes auxílios do poder público, não são, contudo, por natureza, resultantes da ação governamental: ao contrário, costumam agir como 'determinantes' de tal ação. E se esta vem a retardar-se ou a faltar, se esta é errada ou ilusória, pode o governo tornar-se até um fator oposto aos fatores do desenvolvimento e prosperidade [...]".DN, 20/07/1927: 3, artigo "Idéias de um presidente V".

REIS, Elisa Pereira. 1979. *The Agrarian Roots of the Authoritarian Modernization in Brazil: 1880-1930*. Ph.D. Dissertation, Massachusetts Institute of Technology/Iuperj, Massachusetts.

SAES, Flávio. 1981b. “Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2: 243-258.

SAES, Flávio. 1986. *A grande empresa de serviço público na economia cafeeira*. São Paulo, HUCITEC.

OUTRAS FONTES

(CP) *Correio Paulistano*: 21/01/1902; 04/03/1925

(OESP) *O Estado de São Paulo*: 15-16/07/1921; 18/12/1921

(DN) *Diário Nacional*: 20/07/1927

(APSRB) *Ata Provisória da SRB*

(ADSRB) *Ata Definitiva da SRB*

(ASRB) *Anais da SRB*: 05/1921, nº 11

(RSRB) *Revista da SRB*: 06/1924, nº 48; 05/1926, nº 71; 06/1926, nº 72; 04/1928, nº 95; 12/1930, nº 127

(ALAB) *Atas da Liga Agrícola Brasileira*: 14/07/1921; 28/12/1921; 08/10/1924; 30/07/1925; 10/08/1926